

**Metodologia comparada e
análise da cobertura
midiática da corrupção
política (Entrevista com
Isabel Ferin Cunha)**

*[Comparative methodology
and analysis of the media
coverage of political corruption
(Interview with Isabel Ferin
Cunha)]*

Fernanda Castilho

Universidade de São Paulo e Fatec
[University of São Paulo and Fatec]

R E V I S T A
com **política**


revista compolítica

2016, vol. 6(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2016.6.2.209

 Open Access Journal

Metodologia comparada e análise da cobertura midiática da corrupção política (*Entrevista com Isabel Ferin Cunha*)

Fernanda CASTILHO

Considerando que os meios de comunicação constituem uma moldura de integração e que os públicos tendem a formar suas opiniões com base na mídia, o tratamento jornalístico dado ao tema da corrupção política é um dos fatores de transformação da democracia no ocidente, segundo Isabel Ferin Cunha. Ao discutir o papel da mídia na cobertura e caracterização da corrupção política no espaço ibero-afro-americano (Brasil, Espanha, Moçambique, Portugal), a proposta central do projeto de pesquisa “Corrupção política nos *media*: uma perspectiva comparada”, coordenado por Isabel Ferin Cunha, da Universidade de Coimbra, Portugal, procura justamente caracterizar os escândalos midiáticos identificados nesses quatro países. Nessa entrevista, a investigadora esclarece como se deu o desenvolvimento desse projeto financiado pela agência portuguesa de fomento FCT (Fundação para Ciência e Tecnologia), apontando os desafios teóricos e metodológicos avistados durante a realização dessa pesquisa cooperativa e comparada a respeito da cobertura jornalística da corrupção na imprensa, televisão e internet (blogs). A utilização de métodos semelhantes e análise de dados provenientes de diferentes realidades sociais e midiáticas foram os principais entraves, assim como a elaboração do que a pesquisadora denomina como *mapas conceituais* para identificação de fenômenos políticos, sociais e midiáticos.

Importa ressaltar que Isabel Ferin Cunha possui uma relação extremamente próxima com o Brasil desde os anos 1980, quando cursou mestrado e doutorado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Em virtude dessa relação privilegiada não apenas como o Brasil, mas com o espaço lusófono, a docente orienta grande parte dos estudantes estrangeiros de língua portuguesa no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras (FLUC) da Universidade de Coimbra (Portugal) –, onde leciona.

A sua trajetória como pesquisadora revela interesse por diferentes eixos de pesquisa, entre os quais estão os fluxos migratórios, a ficção televisiva e, mais

recentemente, comunicação e política, todos com foco no espaço lusófono. Como estas temáticas se entrelaçam entre si e ao seu percurso luso-brasileiro de investigação?

Antes de mais, queria dizer que os temas que investiguei ao longo da minha trajetória de vida estão relacionados com interesses identificados no cotidiano e também na relação entre o cotidiano e a teoria. Esse jogo – entre o que vejo e a reflexão sobre o que vejo – determinou muito a escolha desses três temas. Eles estão relacionados também com questões da minha vida e das migrações que essa trajetória de vida me fizeram, enfim, percorrer. Portanto, eu fui migrante no Brasil e na minha própria terra: a ficção televisiva interessou-me em Portugal e posteriormente quando cheguei ao Brasil, vendo como a ficção constituía um núcleo de aprendizagem para grande parte da população e como ela deveria ser pesquisada nesse sentido. E, mais recentemente, comunicação e política, pois a comunicação está cada vez mais no centro da política. Sobre esse último, na minha perspectiva, desde o início do milênio acredito que estamos, no Ocidente, em uma encruzilhada relativa à democracia e temos vindo a ser confrontados com as chamadas patologias da democracia, nomeadamente a corrupção. A questão do espaço lusófono: ele faz parte da minha vida. Ou seja, eu nasci em Portugal, mas morei em São Tomé, em Angola, no Brasil...Tudo isto durante 20 anos que me fizeram uma pessoa diferente e penso que continuo a ter uma percepção do meu país dentro desse espaço.

Por outro lado, como coordenadora de diversos projetos – inclusive financiados pela principal agência científica de fomento portuguesa, Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) – sua preocupação com as questões metodológicas foi sempre uma componente de destaque que acabou marcando a identidade das suas pesquisas, sobretudo na perspectiva comparada. Quando se inicia um projeto com a envergadura de “Corrupção política nos media: uma perspectiva comparada”, que atualmente coordena, quais devem ser as preocupações metodológicas iniciais e prioritárias?

Bom, a perspectiva comparada (mesmo tratando-se de uma pesquisa num espaço com muitas afinidades, nomeadamente a língua) é complexa e difícil de definir logo à partida. Temos que considerar que muitas vezes esses projetos, nomeadamente este que estou a coordenar, não preveem pré-projetos de integração, pois eles partem do princípio que já existe uma integração e que ela é válida para todas as áreas de pesquisa – o que não é verdade. Cada área exige um tipo de integração que permita a comparação e as abordagens metodológicas comparativas específicas. No caso desse projeto, por um lado a coordenação portuguesa desenhou o projeto inicial e depois apresentamos aos nossos parceiros perguntando se havia interesse naqueles aspectos e se conseguiriam adaptá-los e quais questões poderiam ser aprimoradas na perspectiva comparativa. Os nossos parceiros que responderam afirmativamente a tal questão normalmente não tinham orçamento disponível para isso e o projeto não permite financiar os investigadores estrangeiros. Portanto, apenas poderiam ser pagas missões (viagens) curtas de estrangeiros a Portugal e de portugueses ao estrangeiro. Isto é problemático, pois as questões metodológicas acabam por surgir muito mais ao longo do trabalho do que no início. Por outro lado, muitas vezes as pessoas pensam que, ao fazer parte da área da comunicação, partilhamos as mesmas teorias, conceitos e metodologias semelhantes, o que não é verdade. Penso que isso é uma aprendizagem e, se conseguirmos apresentar um segundo projeto, teremos uma base de partida muito mais consolidada metodologicamente.

Pensando nessa problemática, ao longo da sua trajetória como coordenadora de diversos projetos alguma vez foi preciso interrompê-los com o objetivo de repensar as metodologias adotadas inicialmente?

Isso aconteceu-me um pouco no primeiro projeto que coordenei “Televisão e Imagens da Diferença”, pois nós tínhamos imaginado, por exemplo, fazer grupos de foco com migrantes e o acesso tornou-se muito difícil. De certa forma, tivemos que mudar a perspectiva da construção desses *focus groups*, pois precisamos parar para encontrar mediadores e a entrada desses mediadores causou a alteração de algumas das metodologias. Nesse projeto da corrupção política nos *media*, tornou-se evidente que as

metodologias quantitativas com uso do SPSS não são suficientes, nem dão conta dos temas na profundidade. Como nós sabemos, o SPSS dá conta de tendências e de quantificação, mas não nos permite chegar realmente à compreensão daquilo que é a matéria de análise mais qualitativa. E nesse aspecto, tivemos que atentar para outras questões, nomeadamente fazer um esforço grande de análise das entrevistas, assim como uso da Análise Crítica do Discurso em alguns momentos específicos da cobertura jornalística dos casos de corrupção em Portugal. Relativamente aos nossos colegas do Brasil, por exemplo, eles têm entrado com as metodologias que utilizam normalmente, pois é muito difícil introduzir metodologias que não são reconhecidas pelos pares dentro do próprio Brasil. Portanto, a entrada de novas metodologias no Brasil enfrenta nacionalismos ou regionalismos metodológicos. Há pouca abertura porque existe uma grande homogeneização do que são as metodologias corretas para determinadas áreas de trabalho da comunicação ou noutros campos. Isso gera conflito com o que vem de fora, entre as diferentes instituições universitárias e mesmo entre as diferentes gerações das mesmas instituições. As gerações, à medida que vão se autonomizando e adquirindo protagonismo, elas querem consolidar outras metodologias que acrescentem àquilo que aprenderam com seus mestres noutros momentos da sua formação.

Recentemente comentou que as principais dificuldades em realizar uma pesquisa comparada, mesmo no âmbito do espaço lusófono, são: encontrar uma bibliografia partilhada, definir categorias comparativas e reconhecer os chamados equivalentes funcionais, ou seja, o que é comparável. Como foi o percurso de reconhecimento desses problemas?

Bom, esses problemas não nasceram apenas dessa pesquisa que estamos agora a trabalhar, mas foram identificados desde o início dos trabalhos com os colegas brasileiros. Também ficaram evidentes nos cursos que ministrei no Brasil, nas orientações com estudantes de mestrado e doutoramento e outros colegas que vão fazer pós-doutoramento em Portugal. Portanto, é desta interação que surge a identificação desses problemas. Há uma questão que considero que é, digamos, nossa, em termos do espaço lusófono, mas também é um problema de hegemonia da globalização: a bibliografia

partilhada. Nós, portugueses, como um país pequeno, para conseguirmos sobreviver na Europa, temos que manter uma subordinação teórica e metodológica aos países do centro. Esses países do centro são, sem dúvida nenhuma, os países anglo-saxônicos que dominam a pesquisa internacional, não apenas por terem uma pesquisa que é realmente considerável, mas pelo fato de falarem a língua dominante e terem as editoras – que muitas vezes só publicam artigos pagos, para além de controlarem o acesso e a seleção dos temas que lhes interessam. Um tema português dificilmente oferece interesse para estas revistas, ao passo que temas brasileiros ou dos países lusófonos em conjunto podem ter mais interesse para estas publicações. Para isso, nós precisamos adotar a bibliografia do centro, ou seja, se citarmos autores portugueses, mesmo que sejam consagrados e de qualidade, não seremos reconhecidos (o mesmo acontece com os autores latino-americanos). Para utilizar os autores que são da periferia da Europa ou da América Latina, as obras precisam estar traduzidas. Partilhar isso num projeto grande é complexo. O que temos feito nesse projeto e em outros momentos é acoplar as bibliografias – anglo-saxônica, portuguesa e latino-americana – tentando dialogar entre esses autores, mas é complexo porque na maior parte dos casos os conceitos são sobrepostos, há teorias paralelas que não dialogam entre si; logo, exigem um esforço acrescido na sua utilização. As categorias comparativas derivam desses enquadramentos teóricos diversos, de onde começamos a pensar o que é comparável e quais são os equivalentes funcionais. Por exemplo, há um problema que surge sempre: o que é classe média em cada país? Definir a classe média em cada um dos países, dentro das suas especificidades, é um dos desafios. Nesse sentido, penso que temos um grande caminho a percorrer e os pesquisadores mais jovens talvez tenham mais condições de flexibilizar os aportes teóricos e conceituais, porque já nascem no mundo globalizado e conseguem ler inglês à vontade e simultaneamente transitar entre a América Latina e a Europa, com mais facilidade e talvez sem tantos preconceitos.

Ainda pensando na dificuldade metodológica da realização de pesquisas comparadas entre realidades tão diferentes como a brasileira, a portuguesa e a moçambicana (países que participam do projeto supracitado), qual é o caminho

para superar o que chama de nacionalismos/regionalismos metodológicos? Como sistematizar grandes categorias de comparação entendendo, por exemplo, a inter-relação entre os sistemas político e midiático de cada país?

É possível, mas não é fácil. Não é uma aquisição imediata, mas um percurso para conseguir abdicar do conforto do regionalismo e nacionalismo metodológicos, pois trabalhar com aquilo que já está validado e sabemos que os nossos pares irão validar é muito mais seguro, já que ao infringir algumas dessas perspectivas arriscamos que a pesquisa não seja reconhecida. E entrar nesse limbo acadêmico significa descredibilização ao nível dos pares. Há aqui duas questões: por um lado, o problema metodológico propriamente dito; por outro, tal como Thomas Kuhn aponta, a questão das posições científicas e dos paradigmas emergentes. Neste sentido, o regionalismo é paradigma que está consolidado num determinado país. E o paradigma emergente é essa capacidade de pensarmos algo que seja global. Temos que considerar também algumas outras questões, por exemplo: não podemos importar modelos. Não devemos importar os modelos do centro como sendo, à partida, melhores do que temos na periferia. Precisamos trabalhar no sentido de confrontar as propostas metodológicas e perceber qual delas serve o nosso objeto de análise. Nesse sentido, a entrada dos métodos mistos – quantitativos e qualitativos – e a possibilidade de utilizar diversos instrumentos nas nossas pesquisas têm uma validade metodológica real.

Em termos conceituais, na medida em que se considera que as crises políticas e as crises econômicas estão ligadas de forma intrínseca, observamos que discutir corrupção política num momento histórico caracterizado por diversas crises e pela complexidade dos sistemas internacionais é uma tarefa árdua. Como podemos estabelecer relações entre crise, corrupção política e mídia?

De certa forma, a visibilidade da corrupção é um produto da crise, ou seja, a corrupção não é construída pela crise, mas a sua visibilidade está ligada aos momentos de crise, segundo Norberto Bobbio. Outros autores, como Maquiavel e até os escritos de Cardeal Mazzarino sobre como orientar a política, também abordam a relação entre corrupção e a

ineficiência política. Uma vez que os políticos não conseguem administrar eficientemente órgãos públicos, a corrupção surge como uma possibilidade de justificar a sua ineficiência. Mas esta antiga relação hoje adquire uma outra dimensão pelo fato de termos meios de comunicação altamente concorrenciais, cujas matérias-primas “corrupção” e escândalo político são sobrevalorizadas. Por outro lado, pelo fato de estarmos em um momento – no meu entender – de alteração dos padrões da democracia no Ocidente, todos esses fatores se interrelacionam e dão visibilidade à corrupção. Quando as agendas midiáticas estão carregadíssimas de acontecimentos sobre a corrupção (que existe, ninguém afirma o contrário), interessa-nos perceber o tratamento desses assuntos – punição da classe política, purificação da democracia, entretenimento – como forma de adquirir audiência. São fatores que contribuem para a alteração da concepção de democracia no Ocidente.

No contexto midiático caracterizado pela forte concorrência dos meios de comunicação, em que medida acredita que temas como a corrupção política acabam por ganhar destaque, sobretudo em forma de escândalo, devido a esse mercado concorrencial?

Como disse, penso que a corrupção e os escândalos são matérias-primas altamente apetecíveis no mercado concorrencial dos *media*. Tanto em Portugal, como de maneira geral na Europa, os *media* hoje pertencem a grandes grupos econômicos (entre eles, bancos e empresas de telecomunicações), cujos interesses já não servem aos tradicionais valores do jornalismo e da informação. A manutenção desses interesses se sobrepõe à cidadania e ao esclarecimento do cidadão – o que afasta a possibilidade de tornar a democracia mais atuante, mais energizada. Esses meios informativos favorecem o entretenimento no sentido de descredibilizar a democracia, consolidar as leis do mercado (como se fossem imunes e *outsiders* dos fenômenos de corrupção). Neste sentido, os *media* têm um papel ambíguo, pois simultaneamente “desocultam” os fenômenos de corrupção, mas também fragilizam a participação do cidadão na democracia.

Tendo em vista que os atores políticos ficam em evidência nos casos de escândalos políticos na sociedade do espetáculo, enquanto as empresas privadas identificadas como corruptoras dificilmente alcançam a mesma visibilidade desses atores, até que ponto a mídia tem impacto na própria organização política?

Como os *media* fazem parte de grandes grupos econômicos e como estamos num processo de neoliberalização dentro da globalização, falando como portuguesa e europeia, de certa forma esse processo está a alterar radicalmente os princípios da democracia europeia. O interesse dos *media* hoje centra-se na descridibilização do ator político enquanto representante do cidadão comum. Assim, observamos a entrada de um *ator mercado* como credibilizador da democracia, em substituição ao antigo ator político, o que é radicalmente novo na Europa. Esse confronto é visível nos *media*, tanto que tem originado discussões unânimes sobre determinadas políticas e a incapacidade de vozes diversas se colocarem no espaço público. Refiro-me não apenas aos *media mainstream*, mas também às redes sociais que cada vez mais, se tivermos em conta o contexto europeu, estão ocupadas por movimentos de direita, independentemente desses espaços serem utilizados para o exercício da democracia, como marcação de diversas manifestações. Os movimentos de organizações ligadas ao mercado e à *des-democratização* estão cada vez mais presentes e com mais força na internet. Em termos de movimentos sociais, eu gostaria de ser convencida, inclusive pensei que isso fosse acontecer em 2013, no Brasil, mas a total fragmentação e ausência de convergências não me convenceram da força desses movimentos e da capacidade de construírem novas formas de liderança. Pelo contrário, do aspecto político, têm havido fragmentações maiores, não no sentido do debate no espaço público, mas apenas fraturas ideológicas que revelam incapacidades de diálogo e construção de movimentos agregadores em oposição ao mercado e às estruturas que monopolizam o diálogo.

Entre os tipos mais frequentes de corrupção política (fraude, suborno, clientelismo, tráfico de influências e etc.), quais os são os casos mais evidenciados na mídia nos três países, Brasil, Portugal e Moçambique?

Nesse projeto, que já começou há algum tempo, nós estamos a monitorizar a cobertura jornalística dos casos de corrupção de 2005 a 2012. No Brasil e em Portugal, os casos evidenciam atores políticos ou figuras de primeiro plano da democracia e estão centrados nas empresas públicas ou de interesse público. Nesses dois contextos, nota-se uma grande pressão de empresas de interesses multinacionais que circulam e promovem corrupção de altos funcionários públicos e gestores do topo dessas empresas. Por outro lado, os nossos colegas investigadores em Moçambique tiveram interesse em analisar a corrupção nas eleições. Isso significa que eles ainda não têm a democracia formal garantida. Em Portugal, podemos discutir o fim de democracia social e o início de um outro tipo de democracia; no Brasil, os avanços da democracia e a entrada na democracia social; em Moçambique, a democracia formal ainda não está consolidada, por isso os casos de corrupção que estão relacionados à emergência da democracia formal são extremamente importantes.

Considerando que os momentos de crise e deflagração da corrupção política resultam no afastamento dos cidadãos dos seus governantes, tendendo a provocar uma despolitização do espaço público – tal como refere em seus textos – como podemos contribuir para evitar esse abandono da reflexão política entre os cidadãos?

Dentro dessa conjuntura, acho que difícil que haja alteração da posição dos *media*. Deveremos nós todos, enquanto cidadãos, termos outro tipo de intervenção, sobretudo nas redes sociais. Cada vez mais os cidadãos estão descrentes na democracia e intoxicados pelos *media* informativos, nos quais não conseguem encontrar soluções a não ser tentar salvar a si próprios e àqueles que estão próximos. Temos que começar a refletir sobre isso com uma perspectiva totalmente diferente, não revolucionária, mas de dominação das instituições no sentido de criar reguladores. As universidades, especialmente os cursos de Ciência Política e Sociologia Política e de Direito, para além de Economia e Comunicação Política, deveriam ter como missão a formação de agentes e *stockholders* que tivessem uma outra percepção do que é corrupção, do papel do cidadão e do funcionamento e linguagem dos *media*. Projetos como “Corrupção política nos

media: uma perspectiva comparada”, ao serem divulgados, podem contribuir para que haja uma cidadania mais consciente e, simultaneamente, ao chegar aos formadores de opinião, eles possam replicar os resultados e tentar mudar estas perspectivas.

Em suas publicações, fica nítido que acredita estarmos diante de uma alteração radical do conceito de democracia. Quais são os principais elementos que compõem essa mudança? Qual é o papel da mídia nesse momento de des-democratização, para citar um dos termos que utiliza?

De certa forma, já mencionei a ideia de *des-democratização*. Penso que estamos, sobretudo, falando do contexto europeu, num processo de alteração do conceito de democracia. Um conceito que os europeus tinham tentado exportar – democracia social – falhou por diversas razões que não vou explorar nesse momento, mas há vários autores que defendem essa ideia. O que acontece é que não estamos a conseguir encontrar um modelo que preserve as liberdades individuais e o bem-estar dos cidadãos. Por exemplo, é inadmissível que o Produto Interno Bruto mundial esteja concentrado em 1% da população. Como disse, para alterar essa realidade será preciso alterar as regras ao nível global.

Tendo trabalhado como docente e pesquisadora em diversos países de língua portuguesa em três continentes (Europa, África e América-Latina), dos quais destacamos sua ligação com a realidade brasileira, qual é a principal lacuna que identifica nas pesquisas no campo da Comunicação no Brasil e como podemos superá-la?

É uma pergunta difícil porque apresento um olhar de fora, mas pelo contato que tenho com o campo da Comunicação, penso que haveria necessidade de investir na área da Comunicação e Política. Trabalho muito com a área da Ciência Política no Brasil porque os colegas da Comunicação e Política estão dispersos – pelo menos não consigo identificá-los tão facilmente de forma constante nos seus trabalhos, apesar de terem

trabalhos sérios. No entanto, era necessário que a escola brasileira de Comunicação e Política fosse realmente muito mais forte do que é hoje em dia. Por um lado, algo que penso estar nas mãos dos colegas mais novos é a capacidade de se afirmar exteriormente e, por outro, de incluir metodologias quantitativas e qualitativas para analisar os fenômenos do Brasil que são riquíssimos e constituem um laboratório para o resto do mundo.

Agradecimentos e Observações

Entrevista realizada em São Paulo, em 15 de outubro de 2015. Isabel Ferin Cunha é professora agregada (Livre-docente) do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), Portugal. Doutora e Mestre pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pós-doutora pelo Centre National de la Recherche Scientifique.

A autora

Fernanda Castilho é Pós-doutoranda na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) com bolsa CNPq. Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Fatec) e da Especialização da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Doutora e Mestre pela Universidade de Coimbra (Portugal).
fernanda.castilho7@usp.br